

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA BNCC: AVANÇOS E/OU RECUOS DO ESTADO NEOLIBERAL?

Vanessa Maria Costa Bezerra Silva ¹
Ricardo da Silva ²

RESUMO

Este trabalho apresenta como ocorreu o processo de elaboração da BNCC e mais especificamente no que concerne à Comissão de Especialistas e as audiências públicas que foram realizadas nesse percurso de construção do documento, tendo como foco o ajuste das políticas educacionais para atender as demandas do neoliberalismo. Para isso, o estudo baseia-se na análise qualitativa e documental, utilizando as contribuições de Macedo (2014), Pitkin (2004), Santomé (2003), Chauí (2012), Lüchmann (2007), dentre outros. Ademais, compreende-se que a busca para legitimar a construção democrática da BNCC através da ampla participação e com o discurso de que o documento representa a diversidade brasileira, em suma, esconde os seus reais objetivos para a educação pública, que estão voltados as demandas dos agentes privados, visando a formação de um sujeito que contemple as necessidades impostas pelos organismos internacionais e do Estado neoliberal.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular, Neoliberalismo, Organismos internacionais, Agentes privados.

INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas na sociedade em torno do modelo de sociabilidade neoliberal, sejam elas políticas, sociais, econômicas e culturais, têm influenciado na elaboração das políticas educacionais, na organização da escola, na formação de professores, nas concepções de currículo e, conseqüentemente, no modelo de aluno que se pretende formar nos espaços escolares.

O neoliberalismo tem como foco a formação técnica do aluno para o mercado de trabalho, a flexibilização, a diminuição dos gastos públicos, a descentralização, a municipalização do ensino, a redução dos conteúdos do currículo escolar (ou melhor, o engessamento do currículo escolar) e o enfoque nas avaliações externas com metas quantitativas.

¹Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação (PPGE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, vanessacosta.ufal@gmail.com;

²Doutor pelo Programa de Pós-graduação (PPGE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), ricardosilva.ufal@gmail.com;

Assim como em outros setores que ora tem predominância em um aspecto e ora em outro, na educação as discussões e problematizações referentes ao currículo escolar tem se intensificado nos últimos anos, ampliando a quantidade de pesquisas desenvolvidas em torno da temática e colocando o currículo como objeto de destaque no que se refere a escola e a formação dos sujeitos que estão nesses espaços.

As políticas curriculares e, mais precisamente, as reformas educacionais com base na definição de um currículo comum para a educação básica, têm sido implementadas em vários países, se tornando objeto de discussões em âmbito mundial. No Brasil, isso tem se intensificado, com prioridade, a partir de 2014, através do intenso debate acerca da elaboração de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação brasileira.

Os discursos oficiais sinalizam que a necessidade da BNCC se dá desde a Constituição Federal (CF) promulgada em 1988 e segue com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394, de 20 de dezembro de 1996; com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DNCs), Resolução nº4, de 13 de julho de 2010; e com o Plano Nacional de Educação (PNE) regulamentado pela Lei 13.005, de 25 de junho de 2014.

A BNCC é uma política pública de Estado com caráter normativo e serve de apoio para que os estados e os municípios elaborem suas propostas pedagógicas para a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Além disso, a base tem como principal objetivo assegurar ao aluno o desenvolvimento de competências ao longo de toda a educação básica.

A primeira versão da BNCC foi disponibilizada em 16 de setembro de 2015. A segunda versão foi liberada no dia 03 de maio de 2016, contendo 652 páginas. A versão final foi entregue em 06 de abril de 2017 pelo Ministro da Educação, Mendonça Filho, ao Conselho Nacional de Educação (CNE) e aprovada pelo CNE no dia 15 dezembro, sendo homologada no dia 20 de dezembro de 2017 pelo MEC.

O processo de construção do documento enfatizou que este deveria ser realizado de forma democrática e com a contribuição da população brasileira na elaboração da proposta. Mas afinal, o documento foi elaborado de forma democrática? Quem são os sujeitos que participaram da Comissão de Especialistas? Como se deram as escolhas desses participantes? As contribuições das audiências públicas foram consideradas para o aperfeiçoamento do documento?

Desse modo, este trabalho tem como principal objetivo apresentar respostas a essas e outras questões, fazendo uma análise de como ocorreu o processo de elaboração da BNCC e mais especificamente no que concerne à Comissão de Especialistas e as audiências públicas

que foram realizadas nesse percurso de construção da base, tendo como foco a concepção do Estado neoliberal.

O estudo se fundamenta nas contribuições de Macedo (2014), Pitkin (2004), Santomé (2003), Chauí (2012), Lüchmann (2007) em torno da temática da participação e da representação no contexto da democracia do Estado neoliberal, e da elaboração do documento da BNCC para a educação brasileira.

A princípio propomos uma contextualização da democracia no âmbito do neoliberalismo, trazendo os principais aspectos dessa teoria política. Em seguida, discutiremos as questões relacionadas a Comissão de Especialistas e a participação da sociedade nas audiências públicas. E por fim, defendemos que a ampliação dos espaços de participação e representação não significa que a BNCC contempla a diversidade existente no Brasil, ou que esta contempla as demandas essenciais para a formação dos sujeitos que estão e fazem parte da educação pública.

METODOLOGIA

Para desenvolver o referido estudo utilizamos a técnica da pesquisa documental com uma abordagem qualitativa. De acordo com Lüdke e André (1986, p. 38) “[...] a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos”. Esse procedimento possibilitou a análise de documentos que antecederam a BNCC.

Além disso, buscamos estudos já realizados sobre a temática utilizada nesse texto, se caracterizando como uma revisão de literatura, a fim de fazer um levantamento para o referencial teórico a ser utilizado como fundamentação no texto. Segundo Lima e Miotto (2007, p. 38) “[...] a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa [...]”, sendo de suma importância para o desenvolvimento do estudo, pois essa revisão possibilita ver as pesquisas realizadas na área.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto democrático do século XIV, apenas uma pequena parcela da sociedade tinha direito ao voto (isso ocorria de acordo com a influência da família, da renda e de propriedade). Nesse período o governo exercia uma grande influência no âmbito parlamentar, a qual se dava através de uma relação de confiança entre os eleitores e os sujeitos eleitos.

A partir da ampliação do direito ao voto os sujeitos eleitos (os políticos) começaram a se articularem a fim de convencer os eleitores de suas propostas e intenções. Com isso o contexto da política é direcionado para outro patamar, adaptando-se a outras demandas que vão surgindo nesse novo cenário de disputas políticas e ampliação da participação do povo nas decisões.

A condução do contexto político para outro cenário, através da participação da sociedade, caracteriza-o como democrático. Ora, o que é democracia? Em um conceito mais amplo entende-se que as definições das palavras são complexas, assim como a sua relação com o mundo, devido as interferências dos sujeitos que as utilizam para expressar seus pensamentos e de outros fatores que contribuem para a relação entre mundo e sujeito.

A palavra democracia, em grego, significa *poder do povo*. *Demos* é o povo e *kratós* é o poder. Assim como outras palavras *democracia* também tem sua complexidade. Para Chauí (2012) três grandes direitos definiram a democracia em sua origem “a igualdade, a liberdade e a participação nas decisões” (CHAUÍ, 2012, p. 151).

No sentido de igualdade se tem a perspectiva de que todos os cidadãos são iguais perante a lei, ou seja, todos possuem os mesmos direitos. Porém, a prática está bem distante da teoria (do que está escrito no texto da lei) e além de regulamentar os direitos, essas leis também impõem os deveres que todos os cidadãos devem cumprir para viver dentro de uma determinada sociedade.

Em outro âmbito, a liberdade na democracia possibilita aos cidadãos expor suas opiniões, lutar e exigir que os seus direitos sejam efetivados. No entanto, essa liberdade se torna restrita, pois os cidadãos são livres de acordo com o que a lei permite e com as condições de luta que são disponibilizadas para tais sujeitos.

Fontes (2019, p. 18) entende que a democracia é uma “tensão permanente de igualdade e liberdade que encontrou formas institucionais de enquadramento na história do capitalismo contemporâneo”. De um lado se tem as lutas democráticas, pelas quais os cidadãos conquistaram a participação no poder por meio de discussões e deliberações públicas. De outro são inúmeras as tentativas de enfraquecer essas lutas.

A democracia não tem um conceito homogêneo, único. Lüchmann (2007) destaca dois conceitos de organização política democrática como pontos principais dessa teoria: a representação, nessa as decisões políticas são realizadas por instâncias de representantes escolhidos para tal fim; e a participação, na qual os cidadãos definem e autorizam as decisões políticas. A primeira ocorre por meio do processo eleitoral, enquanto que a segunda promove uma extensão das responsabilidades políticas para outros espaços e sujeitos.

Em um dos conceitos da democracia, como pode ser visto anteriormente, se enfatiza a palavra representar. Ao longo dos séculos ela vai sofrendo alterações quanto ao seu significado, assim como tantas outras que vão se alterando com o passar do tempo e em consonância com os fatores externos. Entretanto, vale destacar que em sua essência ela não tem relação com a atividade política e não se associa ao sentido em grego da palavra democracia, seu significado tem origem latina (PITKIN, 2006).

Na idade média, o sentido da palavra representar vai se expandindo para a comunidade cristã, mais especificamente no início do século XIV, com a noção de que Cristo estava sendo representado pelo papa e os padres. Os fieis, em sua maioria até os dias atuais, veem o papa e os cardeais como representantes de Cristo, tendo surgido esse conceito há muitos anos.

Seguindo a perspectiva de Pitkin (2006), durante o século XV representar promulgava a ideia de imagem, figura ou pintura (quando empregada como substantivo) ou o sentido de que serve para representar, figurar, retratar ou simbolizar (quando utilizada como adjetivo). O autor ainda destaca que:

Os seres humanos não estão completamente ausentes desses primeiros usos; eles aparecem de duas maneiras. Em primeiro lugar, a representação pode ser um objeto inanimado ou uma imagem substituindo um ser humano. Em segundo lugar, representar é uma atividade humana, mas não um agir para outros; é a atividade de apresentar, de figurar, de pintar um quadro ou encenar uma peça. (PITKIN, 2006, p. 20).

Como pode ser observado, os diversos significados para a palavra representar, inicialmente, não estão relacionados ao sentido de substituir ou ocupar o lugar de outra pessoa, ou até mesmo ao sentido de democracia para os povos gregos. Para entender como o conceito de representação se estendeu para o campo político é necessário compreender “o desenvolvimento histórico de instituições, o desenvolvimento correspondente no pensamento interpretativo sobre aquelas instituições e o desenvolvimento etimológico dessa família de palavras” (PITKIN, 2006, p. 21).

Assim como o sentido da palavra *representação* teve suas alterações ao longo dos anos, destacando a necessidade de compreender o desenvolvimento de outros fatores para entender como a palavra chegou ao significado atual, o conceito de participação também tem se ampliado para diferentes contextos, sendo este utilizado constantemente em diferentes setores da sociedade e com amplo sentido. Diariamente, os sujeitos são convidados a participarem dos movimentos políticos, das reuniões escolares, dos programas de rádio, das programações nas igrejas, das decisões políticas, dentre outros.

Em se tratando da participação no sentido político, “os modelos participativos apresentam, de maneira geral, um critério de legitimidade ancorado na ideia de que as decisões políticas devem ser tomadas por aqueles que estarão submetidas a elas por meio do debate público” (LÜCHMANN, 2007, p. 144)

No âmbito político, a democracia participativa se relaciona com os projetos políticos de uma determinada sociedade e esses, por sua vez, estão pautados em ações políticas intencionais. O neoliberalismo é um desses projetos e resulta em ações intencionais com finalidades específicas para atender a um fim que já foi planejado e idealizado.

O neoliberalismo se caracteriza como o capitalismo sob uma nova roupagem que ganha força a partir da década de 1970. Nesse modelo de sociabilidade os conflitos são mais intensos e as disputas de interesses se intensificam cada vez mais, tendo como foco a exploração de uma classe social pela outra, colocando em risco as conquistas sociais e econômicas das lutas democráticas.

A primeira experiência da neoliberalização ocorreu no Chile, após o golpe de Pinochet. O golpe militar, que teve como líder do movimento o general Augusto Pinochet e com o apoio de elites chilenas que se viram ameaçadas pelo governo socialista que havia se instalado no Chile, se deu contra o governo de Salvador Allende, o primeiro presidente socialista da América Latina eleito de forma democrática em 04 de setembro de 1970.

O projeto parte do pressuposto de que a liberdade individual é garantida pelo livre comércio e mercado. Ele surge como base para a retomada da acumulação ativa do capital após a crise do capital e através da disseminação de uma única e nova (lê-se velha, pois os ideais do neoliberalismo encontravam-se antes em outros modelos de políticas-econômicas, como o liberalismo da escola Neoclássica³) solução para que os Estados superassem a crise econômica que iniciou na década de 1970, se caracterizando como um novo ideal a partir de 1990 com o Consenso de Washington⁴.

Na perspectiva de organismos internacionais como o FMI, essa crise foi gerada devido a excessiva cobrança pelos sindicatos para que os Estados efetivassem políticas sociais e, também, com o aumento da tributação sobre o capital privado. Com vistas a sanar essas questões, as quais estavam atrapalhando o desenvolvimento dos países, a grande revolução

³“A Escola Neoclássica segue a maioria dos princípios da Escola Clássica (automatismo do mercado, liberalismo, individualismo e mínima intervenção do Estado)” (AZEVEDO; OLIVEIRA, 2009, p. 26).

⁴Consenso de Washington foi um encontro ocorrido em novembro de 1989, convocado pelo Institute for International Economics, intitulado como “Latin American Adjustment: How Much Has Happened?”, que reuniu funcionários do governo norte-americano e organismos internacionais (FMI, Banco Mundial e BID) com o objetivo de realizar uma avaliação das políticas econômicas implementadas nos países da região.

dessa nova prática (a neoliberalização) ganha força e se consolida com os governos Margaret Thatcher, na Inglaterra, e de Reagan, nos EUA.

A adesão das medidas neoliberais pelos países da América Latina e, mais especificamente pelo Brasil, como saída da crise fiscal que assolara a região, promoveu o início de reformas que geraram a desregulamentação e a privatização de diversos setores, como por exemplo o de telecomunicações, energia, aço, siderurgia, dentre outros, redefinindo o papel do Estado e as relações com o capital.

Chauí (2012) destaca dois pontos que dificultam a democracia no Brasil, os quais estão articulados ao capitalismo, como: a) o mito da não violência (a sociedade brasileira não consegue perceber a violência nas relações sociais); b) o autoritarismo social (existe uma relação entre um sujeito que manda e outro que obedece).

Os obstáculos impostos à democracia no Estado neoliberal são inúmeros e “também é inegável, em toda parte, a fragilidade dos direitos políticos e sociais sob a ação do neoliberalismo, que opera pelo encolhimento do espaço público e alargamento do espaço privado ou do mercado, sob a forma da privatização e da chamada ‘desregulação econômica’” (CHAUÍ, 2012, p. 153).

No Brasil, a agenda neoliberal se intensifica com o governo de Fernando Henrique Cardoso em 1995 a 2003 e continua com os governos de Lula e Dilma, no período de 2003 a 2016, se expandindo com uma crise política e econômica que culminou em 2016 com o golpe de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Além disso, o período pós-golpe se caracteriza como o fim da era do Partido dos Trabalhadores (PT) e o arrefecimento das conquistas alcançadas durante o período de 2003 a 2016.

O governo que assume a presidência do Brasil pós-golpe 2016, teve como principal objetivo, dentre outros: a) efetivar medidas que aumentaram as desigualdades existentes no país e b) fortalecer os mecanismos dos agentes privados e da classe dominante brasileira, retrocedendo, drasticamente, o que foi conquistado durante anos de lutas em distintos setores da sociedade.

A educação pública é um desses setores que vem sendo sucateada com as reformas do governo pós-golpe, as medidas são tomadas para que esta seja adaptada aos interesses dos organismos internacionais e com a influência dos agentes privados nos setores públicos, por meio da participação de sujeitos que representam esses órgãos e que buscam dar legitimidade ao processo de construção das políticas implementadas no país.

As políticas educacionais, propostas pelo Governo Federal, iniciam seu processo de formulação no Ministério da Educação (MEC). O Ministério, através da articulação com

partidos políticos e grupos aliados ao governo, começa a montar suas equipes e a mobilizar outros setores e sujeitos que estão diretamente ligados as universidades públicas e privadas, grupos de pesquisas, conselhos e associações.

O Plano Nacional de Educação de 2001, os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998b, 2000) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 1998a), de 1998 a 2002, foram elaborados dessa maneira, compondos com agentes desses espaços, normalmente, chamados de técnicos das Secretarias. Esses agentes possuem formação em licenciatura e costumam representar os interesses da gestão das secretarias e, secundariamente, do seu componente curricular. Isso ocorre porque esses agentes aderem à proposta do MEC e se inserem na dinâmica de execução. Acionam os conhecimentos de sua área disciplinar, mas os colocam a serviço do projeto maior. A esses atores, elaboradores das políticas, juntam-se consultores/as ou assessores/as recrutados/as em Instituições de Ensino Superior privadas ou públicas, contatos diretos das redes profissionais dos técnicos do MEC, indicações de associações científicas, de sindicatos de docentes, por meio de editais públicos, entre outros espaços e formas. (SILVA; NETO; VICENTE, 2015, p. 334)

Em 2015, ano em que a Presidente Dilma Rousseff assume seu segundo mandato, após um intenso processo eleitoral que culminou na sua reeleição presidencial, a Secretaria de Educação Básica (SEB), dirigida pelo Professor Manuel Palácios, montou uma Comissão de Especialistas para a elaboração da proposta da BNCC, sendo regulamentada pela Portaria nº 592, de 17 de junho de 2015 e assinada pelo Ministro Renato Janine Ribeiro no I Encontro Interinstitucional sobre a Base Nacional Comum Curricular, que aconteceu na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

De acordo com o § 1º da referida portaria,

A Comissão de Especialistas será composta por 116 membros, indicados entre professores pesquisadores de universidades com reconhecida contribuição para a educação básica e formação de professores, professores em exercício nas redes estaduais, do Distrito Federal e redes municipais, bem como especialistas que tenham vínculo com as secretarias estaduais das unidades da Federação. (BRASIL, 2015).

A Comissão teve como principal objetivo a produção de um documento preliminar da proposta da BNCC, como é enfatizado no Art. 2º do texto da Portaria nº592/2015: “é atribuição da Comissão produzir documento preliminar da Proposta da Base Nacional Comum Curricular bem como produzir relatório consolidando os resultados da discussão pública para entrega ao Conselho Nacional de Educação - CNE até final de fevereiro de 2016” (BRASIL, 2015).

Os especialistas da Comissão estavam divididos pelas áreas de conhecimento como: linguagens (língua portuguesa, língua estrangeira moderna, arte e educação física); matemática; ciências da natureza (ciências, biologia, física e química); ciências humanas (história, geografia, ensino religioso, filosofia e sociologia); e educação infantil, conforme regulamenta o § 3º: “a

composição da Comissão de Especialistas será determinada pelas Áreas de Conhecimento e respectivos componentes curriculares de acordo com as etapas da Educação Básica, estabelecidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais” (BRASIL, 2015).

Para Oliveira e Sússekind (2018) a ideia de democraticidade apresentada pelo Professor Manuel Palácios ao criar uma Comissão de Especialistas para a elaboração do documento preliminar da BNCC omitia algo:

O fato de que cada uma das equipes disciplinares, num total de 29, era composta por apenas quatro docentes. Ou seja, a “democraticidade” do conjunto escondia uma fragilidade real de equipes pequenas, trabalhando isoladamente, apenas em torno dos conteúdos de suas respectivas disciplinas. Chamávamos a atenção para o fato de que o debate curricular não estava sendo feito nas escolas, nem com as escolas. (OLIVEIRA; SÜSSEKIND, 2018, p. 57)

A participação na comissão se dava a partir de indicações como é possível observar em conformidade com a Portaria nº 592/2015 no seu parágrafo 2º que “participarão dessa comissão profissionais de todas as unidades da federação indicados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime” (BRASIL, 2015).

O que é a Undime? E o que é o Consed? De acordo com as informações contidas no site da instituição, a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1986 e com sede em Brasília. Atua em parceria com: Unicef, Itaú Social, Instituto Natura, Fundação SM, Fundação Lemann, Alana, Fundação Telefônica/Vivo.

Em relação ao Consed, o site da instituição informa que o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) é uma associação privada sem fins lucrativos, fundada em 1986 e reúne os Secretários de Educação dos Estados e do Distrito Federal. Tendo como parceiros: Fundação Roberto Marinho; Embaixada Americana; Ministério da Educação; Fundação Itaú Social; Unesco; Instituto Unibanco; Fundação Victor Civita; Gerdau; Undime; British Council no Brasil; Instituto Natura; Fundação Santillana; Todos pela Educação; Itaú BBS; Fundação Lemann; Fundação Telefônica/Vivo; Cenpec- Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária; Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; Senado Federal; Câmara dos Deputados; FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; e Instituto Ayrton Senna.

Diante dessas informações, notamos que tanto a Undime quanto o Consed atuam em parceria com instituições públicas e privadas. Corroborando com a afirmação de Santomé (2003, p. 11), o autor destaca que:

O avanço do pensamento neoliberal explica os ataques contra o Estado, propondo, como única alternativa, que este deixe de ocupar-se de assuntos imprescindíveis em uma sociedade que aspira a maiores parcelas de justiça social e democracia. A partir dessa posição, exige-se que só as iniciativas privadas se encarreguem da educação e da cidadania [...]. Estamos diante de opções que, no fundo, podem dificultar ainda mais o exercício da liberdade das pessoas.

As alianças realizadas entre instituições públicas e privadas, a partir da posição do neoliberalismo e de organismos internacionais, tem como principal objetivo o encarregamento da educação pública brasileira pelo setor privado, para que a escola reproduza os interesses da classe dominante, formando o aluno para atender as necessidades impostas pelo capital financeiro.

Macedo (2014) ressalta que a proposta do Banco Mundial em centralizar políticas educacionais no âmbito do currículo, da avaliação e da formação de professores, surgiram na Europa, Estados Unidos e na América Latina. Embora tais lugares tenham suas especificidades, essas políticas estão relacionadas as reformas de projeto neoliberal que se intensifica a partir dos anos de 1990 e que busca dominar o mundo.

A intensificação das ideias neoliberais possibilitou aos agentes privados a se articularem a fim de influenciar na elaboração de políticas educacionais que são construídas para controlar os currículos escolares, de modo que seja posto o que a escola deve ensinar, como ensinar e a quem ensinar, seguindo a perspectiva dos princípios dominantes.

Os interesses dos organismos internacionais e conseqüentemente do neoliberalismo, também, estão atrelados ao enfoque no ideal de qualidade da educação, colocando-a como objetivo principal para o alcance de suas metas. Grupos políticos disseminam o discurso da educação de qualidade para que o país possa prosperar e assim efetivar as demandas relacionadas aos interesses de tais grupos.

A defesa da necessidade de uma BNCC tem se apropriado do discurso da necessidade de uma educação de qualidade para a educação brasileira, como pode ser observado no texto da apresentação do documento da BNCC realizado pelo Ministro Mendonça Filho: “Ao homologar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, o Brasil inicia uma nova era na educação brasileira e se alinha aos melhores e mais qualificados sistemas educacionais do mundo” (BRASIL, 2016).

O foco da educação brasileira ao alinhamento das regras dos organismos internacionais pode ser visto conforme na apresentação do documento. Os organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial, disseminam através de seus discursos a importância da promoção de uma educação de qualidade e os países acabam corroborando e se apropriando de tais ideias com a falácia de se alinharem aos melhores sistemas educacionais mundiais.

Santomé (2003) enfatiza que:

É preciso ser consciente de que tanto o FMI quanto o Banco Mundial são instituições supranacionais que, além de forte poder econômico que possuem, também dedicam um esforço enorme para elaborar e promover discursos que possam convencer a população de que o seu trabalho é fruto de um compromisso com o bem-comum, que a sua tarefa é desinteressada e neutra (SANTOMÉ, 2003, p.18).

O discurso utilizado como inocente e neutro tem como principal objetivo arrefecer as conquistas sociais e fortalecer os ideais das classes dominantes, uma vez que, “não há, pois, discurso neutro ou inocente, uma vez que ao produzi-lo, o sujeito o faz, a partir de um lugar social, de uma perspectiva ideológica e, assim, veicula valores, crenças, visões de mundo que representam os lugares sociais que ocupa” (FLORENCIO, et. al., 2016, p. 27-28), ou seja, o discurso materializa a posição do sujeito ou da instituição que o promove.

No período de tramitação da construção da segunda versão da BNCC o contexto da política brasileira se intensifica com o golpe de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, que teve início em 02 de dezembro de 2015 com o processo na câmara dos deputados. Após a realização de todos os procedimentos e sendo retirada do cargo, o vice-presidente Michel Temer assume o comando da presidência do Brasil, em 31 de agosto de 2016.

É diante desse contexto político de intenso conflito que ocorre o processo de aprimoramento da segunda versão da BNCC, a qual partiu de uma consulta pública por meio eletrônico, no período de 16 de setembro a 15 de março de 2016. Essa consulta online, de acordo com o site “Movimento Pela Base Nacional Comum”, resultou em mais de 12 milhões de contribuições. Sendo realizada uma sistematização desses dados no período de março a maio de 2016.

A criação do Movimento Pela Base Nacional Comum ocorreu em abril de 2013. O movimento é composto por sujeitos e instituições que tem como principal objetivo facilitar a construção da BNCC. Algumas das instituições que compõem esse grupo são: Consed, Fundação Lemann, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ayrton Senna, Instituto Inspirare, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Itaú BBA, Todos Pela Educação, Undime, dentre outros.

Essas instituições possuem em comum a participação no Movimento Pela Base Nacional Comum, no Consed e na Undime. A parceria entre instituições públicas e privadas ocorrem constantemente para que sejam implementados documentos que regulamentem a educação pública brasileira e que estes atendam as suas principais questões. Com isso, reforça o ideário da educação pública voltada para a reprodução dos interesses das classes que dominam o país e do capital financeiro.

Como o Brasil é caracterizado como um Estado Democrático de Direito e para que a BNCC ganhe legitimidade é necessário que um documento tão amplo seja conduzido de forma democrática, contando com a ampla participação da população na sua elaboração. Para isso é fundamental utilizar meios que promovam a ideia da participação popular nas decisões que são tomadas pelo governo.

A realização da consulta pública está relacionada ao critério de legitimidade da democracia na construção da BNCC, disseminado o discurso de que o documento foi elaborado de forma democrática e com a ampla participação da sociedade, conforme é mencionado na segunda versão:

O presente documento, fruto de amplo processo de debate e negociação com diferentes atores do campo educacional e com a sociedade brasileira em geral, apresenta os Direitos e Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento que devem orientar a elaboração de currículos para as diferentes etapas de escolarização. Apresenta-se, aqui, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Básica. (BRASIL, 2016, p. 24)

Algumas instituições se reuniram no “Colóquio Nacional A Base em questão: desafios para a educação e o ensino no Brasil”, o qual foi promovido pela ANPEd, a fim de discutir a metodologia utilizada para a elaboração da BNCC.

A ANPEd, junto a outras entidades, já se posicionou contrariamente à metodologia adotada pelo MEC, que no lugar de realizar amplo debate público sobre tema tão sensível e importante para professores, gestores e estudantes das escolas públicas brasileiras optou pelo caminho de escuta de especialistas convidados e consulta fria a contribuições da sociedade. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 2016).

A ANPEd é uma das instituições que tecem inúmeras críticas à BNCC, tanto na forma como o documento foi construído quanto ao texto do documento. Isso se dá a medida que essa associação considera que este documento não foi construído a partir do chão da escola e desconsidera fatores importantes para a formação do sujeito, além de não apresentar uma discussão mais profunda e que considere a diversidade dos povos brasileiros, se restringindo apenas as opiniões de especialistas que foram indicados para Comissão de Especialistas.

A centralização no ambiente virtual, referente a participação da sociedade, buscou legitimar o documento como representante da população brasileira, através da construção participativa na elaboração da base, por meio dos 12 milhões de contribuições no portal disponível. A participação por meio dessas consultas públicas é um fato a ser questionável, pois como em um curto tempo foi possível fazer a sistematização de tantos dados?

A pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI), o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic), e o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC) foi divulgada em setembro de 2016, e afirma que no ano de 2015, 58% da população brasileira utilizava a internet, representando 102 milhões de usuários. Portanto, a taxa de participação da consulta sobre a BNCC abarcou um pouco mais de 10% dos internautas. Para seguir a lógica produtivista nem essa taxa por si só representa uma ampla participação. (HELENO, 2017, p. 117).

Mais uma vez a falácia de um documento construído com a ampla participação não se fundamenta e as empresas que atuam em parceria para a construção da BNCC se tornam as grandes protagonistas dessa política de Estado, a qual estabelece as competências que os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica, com foco nas avaliações externas que são estabelecidas pelos organismos internacionais.

A busca para validar o processo de elaboração da BNCC, considerando os aspectos de uma organização política democrática, como a representação e a participação dos sujeitos da sociedade nas audiências públicas e na plataforma disponível em meio eletrônico, pode ser considerada como uma estratégia desses verdadeiros protagonistas, promulgando a ideia de que o documento foi construído por todos e que este representa a diversidade da população brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que o processo de elaboração da BNCC teve a influência dos agentes privados em articulação com órgãos públicos e organismos internacionais, visto que, o engessamento das propostas curriculares para formar um sujeito com foco nas demandas do neoliberalismo e, portanto, para atender as necessidades impostas pelo mercado financeiro, vem ocorrendo em vários países e não é algo restrito ao Brasil.

O que deve ser implementado e como se dará esse processo é resultado da imposição dos organismos internacionais como FMI e Banco Mundial, são eles quem determinam as regras. Essa determinação ocorre de fora para dentro do Brasil, sendo isso resultado de acordos políticos realizados entre o governo do país, agentes privados e tais organismos.

Nota-se que o desenvolvimento de competências e a disseminação do discurso de uma educação de qualidade é visível no documento da BNCC, deixando os alunos, professores e a escola como um todo, a mercê do que é imposto de fora para dentro do Brasil e numa relação verticalizada, atendendo assim aos interesses da classe que domina o país.

No entanto, os protagonistas da BNCC (os agentes das instituições privadas e organismos internacionais) procuraram dar legitimidade ao documento, por meio dos órgãos públicos, utilizando o discurso de que este foi construído pelo povo e para o povo, respeitando a diversidade brasileira e levando em consideração os aspectos legais que regem a democracia.

Ao ampliar o ambiente de participação da sociedade através de audiências públicas e enfatizar a ideia da população ser representada nesse processo, por meio da criação da Comissão de Especialistas, promulgou-se a imagem de que os sujeitos escolhidos para tal comissão estavam representando a sociedade na construção do documento.

Todavia, a ampliação do acesso e a participação dos sujeitos da sociedade nas audiências públicas e na plataforma online, não garante que tal documento foi construído democraticamente e que este representa a diversidade brasileira em seus diferentes aspectos, pois a quantidade de participações no espaço virtual não significa que as contribuições foram consideradas para o aperfeiçoamento do documento e vale questionar se realmente houve 12 milhões de contribuições em um curto tempo.

Por fim, também não é possível afirmar que essa política de Estado vai garantir uma educação de qualidade para o Brasil, uma vez que, como em outros países, as especificidades diferem de um lugar para o outro e até mesmo no próprio país existe uma diversidade gigantesca, em relação aos aspectos sociais, econômicos e culturais.

Ademais, a busca para legitimar a construção democrática da BNCC através da ampla participação e com um discurso de que documento representa a diversidade brasileira, esconde os seus reais objetivos para a educação pública, que estão voltados as demandas dos agentes privados e a suas influências nas políticas públicas educacionais, visando a formação de um sujeito que contemple as necessidades impostas pelo capital.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO.
Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi tema de debate entre associações científicas em colóquio promovido pela ANPED; novo documento será entregue ao CNE esta semana pelo MEC. 27 abr. 2016. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/base->

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

nacional-comum-curricular-bncc-foi-tema-de-debate-entre-associações-científicas-em.
Acesso em: 13 jul. 2019.

BRASIL. **Portaria nº 592, de 17 de junho de 2015.** Institui Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Diário Oficial da União, [2015]. Disponível em:
http://www.editoramagister.com/legis_26906831_PORTARIA_N_592_DE_17_DE_JUNHO_DE_2015.aspx. Acesso em: 18 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Proposta preliminar segunda versão revista. 3 maio 2016. Disponível em:
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Democracia e sociedade autoritária.** Revista Comunicação & Informação, v. 15, n. 2, p. 149-161, jul./dez. 2012.

FLORENCIO, Ana Maria Gama. et. al. **Análise do Discurso: Fundamentos & Práticas.** Maceió: EDUFAL, 2009.

FONTES, Virgínia. Democracia é uma tensão permanente de igualdade e liberdade. **Revista Poli: saúde, educação e trabalho.** Rio de Janeiro, ano 11, n. 65, p. 18-21, jul./ago. 2019.

HELENO, Carolina Ramos. **Contribuição à crítica da Base Nacional Comum Curricular – a máscara do conformismo na educação do Banco Mundial.** 2017. [148] f. Dissertação (Mestrado em Educação: Políticas educacionais, história e sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2017.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Florianópolis: Revista Katál. v. 10, n. especial, p. 37-45, 2007.

LÜCHMANN, Lígia Hahn. **A representação no interior das experiências de participação.** São Paulo: Lua Nova, v. 70, p. 139-170, 2007.

LÜDKE, Menga; André, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Elisabeth. **Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade, produzindo sentidos para educação.** São Paulo: Revista e-Curriculum, v. 12, n. 03, p.1530 - 1555 out./dez., 2014.

OLIVEIRA, Inês Barbosa; SÜSSEKIND, Maria Luiza. **Dimensões político-epistemológicas do equívoco conservador na educação: A base curricular brasileira no contexto dos currículos nacionais.** Revista Portuguesa de Educação. n. 31 (número especial), p. 55-74, jun. 2018. DOI: 10.21814/rpe.14806

PITKIN, Hanna Fenichel. **Representação: palavras, instituições e ideias.** São Paulo: Lua Nova, v. 67, p. 15-47, 2006.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli; NETO, Henrique Fernandes Alves; VICENTE, Daniel Vitor. **A proposta da Base Nacional Comum Curricular e o debate entre 1988 e 2015**. São Leopoldo: Ciências Sociais Unisinos, v. 51, n. 3, p. 330-342, set./dez., 2015.